

VENTOS DE SÃO RICARDO 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Subsidiária Integral

CNPJ nº 37.053.489/0001-70

NIRE 24.300.013.833

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025**

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 30 de setembro de 2025, às 10h00, na sede social da Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na cidade de Fernando Pedroza, no estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Cacimba de Cima (Gleba 1), CEP 59517-000.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei n. 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Mateus Gomes Ferreira** e secretariados pela Srta. **Bárbara da Cunha Xavier**.

4. ORDEM DO DIA: Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** a redução do capital social da Companhia e, conseqüentemente, **(b)** a alteração da redação do *caput* do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia e a respectiva consolidação do Estatuto Social.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista presente representando a totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem qualquer restrição ou ressalva, o quanto segue:

(a) aprovar a redução do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A. por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) mediante o cancelamento de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando dos atuais R\$141.376.023,32 (cento e quarenta e um milhões, trezentos e setenta e seis mil, vinte e três reais e trinta e dois centavos), dividido em 141.376.021 (cento e quarenta e um milhões, trezentas e setenta e seis mil e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia para R\$ 63.376.023,32 (sessenta e três milhões, trezentos e setenta e seis mil, vinte e três reais e trinta e dois centavos), dividido em 66.376.021 (sessenta e seis milhões, trezentas e setenta e seis mil e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

A presente redução do capital social da Companhia somente se efetivará mediante: **(i)** inexistência de oposição de credores quirografários durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, nos termos do Artigo 174 da Lei das S.A.; ou **(ii)** pagamento do crédito ou depósito judicial da importância reclamada por eventuais credores que se opuseram à redução durante o prazo acima mencionado.



Uma vez efetivada a redução do capital social ora aprovada, a restituição do valor objeto de redução será feita, pela Companhia à acionista Tucano Holdings I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.113.381/0001-7, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária.

(b) Em razão da deliberação descrita no item acima, o Artigo 5º da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação, sendo aprovada a respectiva consolidação do Estatuto Social que passa a integrar o **Anexo I** da presente ata:

“Artigo Quinto - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$ 63.376.023,32 (sessenta e três milhões, trezentos e setenta e seis mil, vinte três reais e trinta e dois centavos), dividido em 66.376.021 (sessenta e seis milhões, trezentas e setenta e seis mil e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.”

Por fim, a acionista presente autorizou a tomada de todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária perante órgãos e repartições públicas.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, de qual se lavrou a ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Mateus Gomes Ferreira - *Presidente*; Bárbara da Cunha Xavier - *Secretária*. **Acionista:** **Tucano Holding I S.A.**, representada por seus Diretores, Mateus Gomes Ferreira e Carlos Curci Neto.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Fernando Pedroza – RN, 30 de setembro de 2025.

Mesa:

Mateus Gomes Ferreira
Presidente

Bárbara da Cunha Xavier
Secretária



VENTOS DE SÃO RICARDO 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Subsidiária Integral

CNPJ/MF 37.053.489/0001-70

NIRE 24.300.013.833

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

DA

VENTOS DE SÃO RICARDO 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

(Este anexo inicia-se na próxima página)

(Restante da página deixado intencionalmente em branco)



VENTOS DE SÃO RICARDO 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Subsidiária Integral

CNPJ/MF 37.053.489/0001-70

NIRE 24.300.013.833

ESTATUTO SOCIAL

DA

VENTOS DE SÃO RICARDO 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO PRIMEIRO

A **VENTOS DE SÃO RICARDO 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.** é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis (“**Companhia**”).

ARTIGO SEGUNDO

A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Cacimba de Cima (Gleba 1), CEP 59517-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.

ARTIGO TERCEIRO

A Companhia tem por objeto social: (i) a implantação e exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, da usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica denominada EOL Ventos de São Ricardo 01, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

ARTIGO QUARTO

A Companhia terá prazo indeterminado de duração.



CAPÍTULO II

DO CAPITAL

ARTIGO QUINTO

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$ 63.376.023,32 (sessenta e três milhões, trezentos e setenta e seis mil, vinte três reais e trinta e dois centavos), dividido em 66.376.021 (sessenta e seis milhões, trezentas e setenta e seis mil e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo – As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital.

Parágrafo Terceiro – Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO SEXTO

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos.

Parágrafo Segundo – As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO SÉTIMO

A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de 02 (dois) a 05 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não,



residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos.

Parágrafo Primeiro – Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo – A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio.

ARTIGO OITAVO

No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral.

ARTIGO NONO

A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheque; abrir, operar encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis.

ARTIGO DÉCIMO

A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem (i) a dois Diretores em conjunto; (ii) a qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos; (iii) a dois procuradores com poderes específicos, agindo em conjunto; (iv) a um procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura de dois diretores em conjunto, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 2 (dois) anos, exceto os outorgados (a) para fins judiciais, arbitrais e/ou administrativos em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou processo ou; (b) no âmbito de contratos de financiamento e demais instrumentos relacionados a tais contratos, incluindo, mas não se limitando, aqueles celebrados a fim de garantir as obrigações da Companhia ou de qualquer sociedade em que esta detenha participação direta ou indireta, que poderão ser outorgados pelo prazo de vigência do contrato ou instrumento a que estiverem vinculados.

Parágrafo Único – Dependerão de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros.



ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não.

Parágrafo Único – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2% (dois por cento). Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em assembleia geral, pela distribuição de um percentual maior.



ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro da Comarca de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte.

Mesa:

Mateus Gomes Ferreira

Presidente

Bárbara da Cunha Xavier

Secretária

